

CORREIO JURÍDICO

POR MARTHA IMENES

Rosinei Coutinho/STF



Decisão do STF sobre previdência beneficia servidores

STF valida regime de previdência complementar

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu de forma unânime validar o regime de previdência complementar dos servidores públicos federais, afastando quatro ações que questionavam a legalidade do modelo. O relator, ministro André Mendonça, concluiu que as regras são compatíveis com a Constituição, encerrando debates que se arrastavam há anos.

Em resumo: a decisão do STF consolida definitivamente o regime de previdência complementar. Isso significa que não haverá retorno ao modelo anterior de aposentadoria integral automática, e os servidores que ingressaram após a criação do regime terão sua aposentadoria limitada ao teto do INSS, podendo complementá-la por meio dos fundos de previdência.

Planejamento

A decisão do Supremo acerca da previdência complementar garante que servidores empossados a partir de 2013 tenham como teto da aposentadoria o valor do INSS, podendo complementar os proventos por meio das fundações específicas de cada poder

(Funpresp-Exe, Funpresp-Leg e Funpresp-Jud).

O julgamento traz segurança jurídica para milhares de servidores e abre espaço para discussões sobre planejamento previdenciário, sustentabilidade do sistema e impactos financeiros na vida pós-carreira.

Antonio Augusto



Presidente da Suprema Corte, Edson Fachin

CNJ lança versão da plataforma Geopresídios

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) disponibiliza a nova versão do Geopresídios, plataforma que reúne informações atualizadas sobre inspeções no sistema prisional brasileiro e outras unidades de privação de liberdade. Dentre os 1.836 estabelecimentos inspecionados nos últimos três meses, foi identifica-

da taxa de ocupação de 150,3%, com excedente sobre a capacidade de 242.891: são 483.258 vagas para 726.149 pessoas privadas de liberdade. Lançado originalmente em 2011, o Geopresídios é alimentado pelo Cadastro Nacional de Inspeções em Estabelecimentos Penais (Cniep), sistema interno do CNJ.

Prioridades

A plataforma do CNJ também traz dados agregados atualizados sobre tipo de regime, forma de custódia, distribuição por sexo e grupos específicos, assim como consulta a relatórios de inspeção mensais e análise de dados de forma georreferenciada.

“O (programa) Geo-

presídios se consolida como um raio-x nacional das condições prisionais, contribuindo para o aprimoramento das políticas públicas”, afirmou o presidente do CNJ e do Supremo, ministro Edson Fachin, ao lançar a plataforma em evento em São Paulo.

Interface modernizada

A principal novidade da plataforma é a interface modernizada associada a novos recursos, a exemplo de mapa interativo que localiza cada estabelecimento penal do país. De acordo com o CNJ, filtros analíticos avançados podem ser combina-

dos em temas como taxa de ocupação carcerária, excedente sobre a capacidade e percentual de pessoas em prisão preventiva, exibindo um cenário georreferenciado inédito, informando ainda quais unidades foram inspecionadas ou não em determinado mês.



Freepik

Judiciário do Brasil é o mais bem pago em todo o mundo. Custou aos brasileiros R\$ 20 bilhões em 12 meses

Maior parte dos supersalários está no Judiciário

De acordo com o documento, 53 mil servidores (1,34%) ganham acima do teto constitucional

Por Martha Imenes

Penduricalhos

Gratificações, auxílios acumulados, ajudas de custo, benefícios retroativos, os conhecidos penduricalhos, majoravam os vencimentos dos servidores do Judiciário. A pesquisa analisou cerca de 50 milhões de contracheques de 4 milhões de servidores ativos e aposentados do Poder Executivo, da magistratura federal e dos estados, do Ministério Público Federal e Estadual, do Congresso Nacional e dos governos estaduais de São Paulo e Minas Gerais.

De acordo com o levantamento, os maiores salários estão na magistratura - na carreira de juízes e desembargadores: 21 mil ganham acima do teto. No Poder Executivo Federal, 12 mil servidores. No Ministério Público, 10 mil.

Um juiz no Brasil chega a ganhar seis vezes mais do que as autoridades máximas do Judiciário português, quatro vezes mais do que ministros das cortes constitucionais da Alemanha, da França, da Argenti-

na e dos Estados Unidos; três vezes mais do que os maiores salários pagos a juízes no Chile e na Colômbia, e mais do que o dobro pago aos presidentes dos tribunais superiores do Reino Unido, da Itália e do México.

A pesquisa somou esses salários recebidos acima do teto durante um ano. Entre agosto de 2024 e julho de 2025, o valor pago extrateto no Brasil chegou a R\$ 20 bilhões.

Crise fiscal

O autor da pesquisa, Sergio Reis Guedes, afirma que o problema é ainda mais grave em um país como o Brasil, que enfrenta uma crise fiscal com necessidade de corte de despesas: “É um dinheiro que faz falta. A gente vê notícias: ‘olha, estamos precisando de R\$ 12 bi para fechar orçamento da educação’. Temos R\$ 20 bi aí com esse excedente que está sendo gasto com quem já ganha muito bem e várias outras áreas precisam de recursos. Toda uma discus-

são sobre a necessidade de realmente reduzir despesas, e esse debate sobre supersalários teria papel fundamental em ajudar a resolver a questão fiscal”. De acordo com a diretora-executiva do Movimento Pessoas à Frente, Jessica Moreira, os valores pagos acima do teto a uma minoria de servidores comprometem os cofres públicos: “Estamos falando de 1% do total de servidores públicos no Brasil. Ele traz um impacto na capacidade do Estado, que poderia estar direcionando esse orçamento, esse recurso público, por exemplo, para mais escolas, para mais equipamentos de saúde, e que estão sendo destinados para essa pequena camada de servidores públicos privilegiados. O gasto de R\$ 20 bilhões com supersalários pagos para essa minoria do funcionalismo público compromete o orçamento público quando essa verba poderia estar sendo destinada, por exemplo, para construção de serviços e equipamentos públicos de uso pela população”.

Pesquisa usou o dólar estadunidense para medir a capacidade do dinheiro

Reprodução site brazaon



Variação da cotação do dólar norte-americano tem reflexo na economia brasileira

Em relação a outras dez nações, o Brasil dispara. Para comparar os gastos do Brasil com outros países, a pesquisa usou o dólar e considerou a paridade de poder de compra - um método que mede a capacidade do dinheiro de comprar a mesma quantidade de bens em cada país. A partir desses parâmetros, o gasto no Brasil com pagamentos acima do teto ficou em US\$ 8 bilhões em um ano. Longe do segundo colocado: a Argentina gasta US\$ 381 milhões com o extrateto. Em seguida: Estados Unidos, México, Reino Unido, Chile, França, Itália, Colômbia, Portugal e na Alemanha o estudo apontou que não há essa despesa.

O autor da proposta da reforma administrativa, deputado Pedro Paulo, do PSD, disse que o ponto principal é cortar os penduricalhos e trazer os salários para dentro do teto:

“Nós estamos em uma fase de diálogo com as lideranças políticas, com o governo, fazendo correções no texto, que é natural em um diálogo político. Nego-

ciar texto é importante para que você possa ter um texto com capital político para ser aprovado no plenário. As discussões estão sendo aceleradas agora para que possamos, até o final do ano, estar prontos para ser votada no plenário. A maioria dos servidores públicos tem salário bastante singelo em comparação com essa elite do servidor que goza desses supersalários”.

Respostas

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) declarou que o Judiciário é independente, que os tribunais administram seus orçamentos e fixam seus salários. O CNJ afirmou ainda que examina eventuais ilegalidades e que criou um observatório para avaliar a integridade, a governança e a transparência do Judiciário.

O Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI) afirmou que os servidores que estão acima do teto recebem parcelas de natureza indenizatória, de acordo com a lei. Afirmou também que é necessário enfrentar privilégios, e que essa agenda depende de diálogo e consenso político.